



ENSINO PROFISSIONAL BRASILEIRO: A PROPOSTA DE ROBERTO MANGE COMPARADA A ASPECTOS DO PROJETO EDUCATIVO DE ANTÔNIO GRAMSCI.

CAMARGOS, Filipe Pêgo Camargos – Universidade Tuiuti do Paraná.
filipepego@gmail.com

Eixo Temático: História da Educação.
Agência Financiadora: Universidade Tuiuti do Paraná.

Resumo

O presente artigo procura apresentar e discutir a proposta de educação profissional, trazida e implantada, pelo engenheiro suíço naturalizado brasileiro Roberto Mange no ensino profissionalizante de São Paulo e posteriormente do Brasil; como também abordar aspectos do projeto educativo, do intelectual italiano Antônio Gramsci, este, militante comunista que realizou estudos sobre a concepção marxista da história e legou trabalhos sobre história política, educacional e noutras linhas de pesquisa. A luz do contexto histórico que investiga esse texto tem como principal objetivo à compreensão dos fatores que levaram a fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942. Instituição esta que desde sua fundação até os dias atuais promove a formação de trabalhadores para a indústria, sobretudo, nas categorias de aprendizes e técnicos, daí a pertinência de tal estudo. A pesquisa pauta-se pelos pressupostos da história ciência, das contribuições da História da Educação Brasileira e somando-se a estes, os escritos de Roberto Mange e fundamentalmente Antônio Gramsci que asseguram o critério de validade da pesquisa. A metodologia para realizar a pesquisa compreendeu, a revisão bibliográfica de estudiosos da História da Educação Brasileira, a coleta de documentos e fontes, visitas a acervos bibliográficos e também, o registro, organização, sistematização, tratamento de dados e elaboração de sínteses que contribuíram o desenvolvimento da pesquisa. Os primeiros resultados da pesquisa foram apresentados no Congresso Nacional de Iniciação Científica - CONIC-SEMESP 2010 - realizado em São Paulo, quando revelaram novas problemáticas e conseqüentemente novas produções, e ao término deste texto registram-se resultados, tais como sugestões/hipóteses que podem ser discutidas e aplicadas no ensino profissionalizante brasileiro atual.

Palavras-chave: Educação Profissional no Brasil. Psicotécnica. Roberto Mange. Antônio Gramsci.

Introdução

Dentre as transformações ocorridas no Brasil, em sua história republicana, uma que se destaca, é o desenvolvimento industrial. Este fato deu-se intensamente na Segunda República,

período também conhecido, como Era Vargas (1930-1945), momento esse de transição de uma existência com base em uma economia eminentemente rural e oligárquica para um governo urbano e burguês, devido à consolidação da burguesia industrial e conjuntamente a uma proposta de governo modernizador-corporativista.

No que tange ao processo de aceleração econômica brasileira, uma das primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório de Vargas, foram novas as estruturas governativas criadas, dentre elas a do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio entre 1930/31, o Ministério da Educação e Saúde, e uma legislação trabalhista. Naquela conjuntura, houve um crescimento demográfico nas cidades, formando-se assim um proletariado urbano.

A aceleração econômico-industrial na Era Vargas, não influenciou somente no âmbito sócio-econômico, mas implicou, também, em transformações político-educacionais que se expressaram na regulamentação da educação formal e não formal. Na educação não formal com as políticas de recreação, já a educação escolar contou com as Reformas Francisco de Campos (1931-1936) e Gustavo Capanema (1942-1946), conhecida também como “Leis Orgânicas de Ensino”. Por meio de decretos-lei, o governo brasileiro expandiu o ensino industrial, instituiu o SENAI, e organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial com três anos, além de reformar o ensino comercial¹.

Naquele contexto de expansão industrial e reformas educacionais, o engenheiro Roberto Mange ao lado de Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen idealizaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), introduzindo na maneira de ensinar o proletariado brasileiro novas concepções político-pedagógicas.

Contemporaneamente a Roberto Mange, entretanto residindo na Itália, observa-se a figura de Antônio Gramsci, intelectual e militante comunista que observou o avanço industrial em seu país e em diversas nações. Baseando-se na concepção marxista do materialismo histórico, Gramsci formulou propostas educacionais para a formação de trabalhadores.

Assim, este texto apresentará as propostas de educação profissional destes dois intelectuais, analisando os projetos educativos conforme os respectivos contextos históricos e ao término desta abordagem, indicará possíveis hipóteses para o melhoramento do ensino profissionalizante brasileiro.

¹ Poderá ser consultado em:
www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/ver_c_leis_organicas_de_ensino_de1942_e_1946.htm -
Acesso em: 07 abr. 2010.

A aplicação da Psicotécnica e Instrução Racional no ensino profissional brasileiro.

Desde o início do governo Vargas (1930) ocorreu a expansão da indústria nacional, todavia faltava à sociedade brasileira trabalhadores técnicos qualificados, pois limitadas medidas foram adotadas em prol da formação profissional, durante a Primeira República.

Na transição da Primeira para a Segunda República, destacou-se no cenário industrial e profissional brasileiro, o engenheiro Roberto Mange (1886-1955), criador do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (1924), do IDORT- Instituto de Organização Racional do Trabalho – (1931), além de participante na elaboração e direção do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP) de São Paulo (1934), e também do próprio SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – (1942), este último considerado por diversos industriais, como sua obra – prima. (BOLOGNA, 1980, p.310).

Roberto Mange realizou uma pesquisa sobre a situação do ensino profissionalizante brasileiro, quando colaborador e posteriormente diretor da Escola Ferroviária de Sorocaba (E.F.S.),- década de 1930 -constatando que os aprendizes ingressavam nos ofícios ferroviários sem critérios definidos, normalmente sem verdadeiro interesse pela área de atuação; sendo que o maior objetivo destes aprendizes era o de prover/ajudar no sustento da família.

Além disso, depois de ingressos na E.F.S. o aprendizado destes menores estava baseado na observação e repetição das ações realizadas por seus mestres; comumente os funcionários com quem trabalhavam. Acerca disso, Mange afirma:

[...] O jovem, por sua vez, ingressa nessa carreira profissional, levado por motivos da mais extraordinária variedade e que, em geral, não constituem indícios seguros de êxito. Os aprendizes são jogados na oficina de trabalho, aprendem como querem e como podem e não raro copiam processos defeituosos de trabalho, adquirem vícios, e – depois de certo tempo – a convicção, tantas vezes errônea, de que estão formados no ofício (MANGE, 1932 apud BOLOGNA, 1980, p.32-33).

Em outras palavras, não havia no caso do ensino ferroviário, concepções pedagógicas adequadas para a formação dos profissionais ferroviários, uma vez que os trabalhadores mais experientes – os professores – não continham preparo técnico e/ou pedagógico apropriados para ensinar os menores, pois, os mesmos tinham aprendido de igual forma, e em geral possuíam baixa formação escolar. A este tipo de aprendizado -sem critérios- Mange denominou **instrução comum**.

Não obstante, tal situação – de precariedade do ensino na E.F.S. - Mange assumiu a

direção do Centro Ferroviário, reformulando a forma de ingresso e a permanência de aprendizes e funcionários do sistema ferroviário sorocabano (SP).

Com vasta experiência adquirida no continente europeu, Mange trouxe da Europa e implantou no Brasil, a Instrução Racional - cujo principal elemento era a Psicotécnica - na E.F.S. com a seguinte justificativa:

[...] Devemos, antes, exigir compulsoriamente, senão um acentuado grau de aptidão, ao menos um mínimo indispensável aliado a marcado poder de educabilidade. Estendo assim a instrução racional suas exigências ao período pré-vocacional. Aí é que poderá avaliar das tendências e julgar das aptidões, seja por simples observação, seja por seleção profissional por psicotécnica, o que é sempre mais rápido. Se selecionamos matérias-primas na indústria, sementes e plantas na agricultura, espécimes animais na pecuária, sempre para obter progresso evolutivo eficiente, não é de se estranhar que o material humano- que também não se presta de igual modo para determinado fim- tenha de ser selecionado. (MANGE, 1932 apud BOLOGNA, 1980, p.32-33).

Depreende-se dessas considerações, que a partir da instrução racional, ou seja, da seleção daqueles indivíduos biológico e psicologicamente- daí psicotécnica -aptos para determinado trabalho, as indústrias lograriam maior rapidez, economia e eficiência, pois teriam as pessoas certas para a execução das tarefas.

Cabe salientar que a instrução racional ou seleção racional como também é chamada, não se aplicou somente aos operários manufatureiros, mas estendeu-se a motoristas e auxiliares de escritório, que uma vez ingressos, continuariam a ter sua atividade profissional (aprendizagem ou trabalho) fiscalizada em critérios como pontualidade e continuação dos estudos em cursos de aperfeiçoamento.

As duas medidas centrais da instrução racional foram: à incorporação da avaliação mental e psicológica dos indivíduos (psicotécnica), e a inserção das **séries metódicas de ofício**, que constituíam uma seqüência de tarefas cujo aprendiz deveria realizar para, por exemplo, fabricar uma peça ou consertar uma máquina.

Para comprovar a eficiência de sua proposta pedagógica, Mange realizou testes com três grupos de aprendizes, sendo dois destes grupos ensinados de acordo com a instrução comum e um grupo conforme a instrução racional. Foram avaliados nessa experiência os seguintes critérios: “[...] precisão, perfeição, acabamento, rapidez e compreensão”. (MANGE, 1932 apud BOLOGNA, 1980, p.40).

Depois de realizar os testes, o diretor da E.F.S. concluiu que se verificavam no grupo ensinado com a instrução racional – grupo com menor tempo de aprendizado - maior

qualidade de produção e homogeneidade por indivíduo. Isto é, o grupo da instrução racional conseguia em quase sua totalidade obter êxito em todos os critérios avaliados, enquanto nos outros grupos – instrução comum - somente alguns alunos conseguiam êxito e nem sempre em todos os critérios.

O projeto de Mange foi a solução para a uma dificuldade que o sistema ferroviário paulista precisava resolver: a competição com as rodovias. A proposta apresentada acima, comprovadamente, resultaria em rapidez, eficiência e economia, e por isso, muito interessaram às Estradas de Ferro, que embora estivessem dividindo os transportes de produtos com as rodovias, representavam o principal elo viário econômico do país.

Convencendo os industriais e ferroviários da época que deveriam financiar o ensino profissionalizante via Instrução Racional (Psicotécnica) e criar espaços adequados para estes estabelecimentos, houve por intermédio do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) e do Governo do Estado de São Paulo, investimento financeiro necessário para a criação do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CEFESP) em 1934.

Os objetivos principais do CEFESP podem ser definidos como:

[...] por fim de preparar e selecionar, de acordo com suas aptidões, os elementos que anualmente devam ingressar na carreira ferroviária para a manutenção dos quadros [...] como órgão que organiza, coordena, orienta e fiscaliza as instituições de ensino profissional ferroviários em cada Estrada, em segundo lugar, como instituto central que se encarrega de aplicar os processos de pesquisas médicas e psicotécnicas (MANGE, 1934 apud BOLOGNA, 1980, p.62).

Assim, desde 1934 o CEFESP por meio das medidas empreendidas por Mange em parceria com industriais, ferroviários e o governo de São Paulo, conseguiu qualificar o serviço ferroviário deste Estado.

Em resumo, os pressupostos básicos aplicados e que resultaram em melhoramento produtivo-econômico para o CEFESP foram: a aplicação de um sistema de seleção orientado pela psicotécnica; uma formação que estreitou o aprendizado com a realidade industrial; a racionalização de todo o processo de aprendizagem, tendo este, como veículo as séries metódicas de ofício; e por fim, o trabalho de “[...] educação moral e cívica desenvolvido para a formação do caráter individual.” (MANGE 1934, apud BOLOGNA, 1980, p.63-64). Quanto a este último – trabalho de educação moral – observa-se o atendimento do CEFESP a política nacionalista do período varguista.

O pioneirismo de Roberto Mange ao lecionar a Psicotécnica na educação profissional

brasileira, como também seu conjunto de medidas bem sucedidas no CEFESP, proporcionaram a este engenheiro reconhecimento nacional.

Durante o período do Estado Novo (1937-1945) ocorreu a Reforma Capanema², organizando o ensino industrial no país e propiciando a criação de instituições profissionalizantes com maiores recursos.

A primeira instituição de ensino profissionalizante ligada à indústria criada na Era Vargas, que obteve “[...] significativos resultados na formação de trabalhadores, foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), fundado em 1942”. (MANFREDI, 2003, p.180).

Depois de oito anos da implantação da instrução racional no ensino ferroviário paulista, Roberto Mange ao lado de Euvaldo Lodi e Roberto Simonsem idealizaram e fundaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Nesse aspecto, não é repetitivo mencionar que a participação de Mange no planejamento dessa instituição estava estreitamente aliada com a proposta de implantação da instrução racional (psicotécnica) para a formação de trabalhadores industriais, de outros setores, por meio dessa nova instituição.

Dois anos depois do decreto 4.048 de 1942, que regulamentou o SENAI, Roberto Mange escreveu a “Comunicação ao Congresso Brasileiro da Indústria” abordando aspectos fundamentais para a fundação dessa escola do trabalho.

De maneira sucinta é possível dizer que o engenheiro classificou os trabalhadores industriais em três elos/grupos, respectivamente: “[...] operários, técnicos e engenheiros”. (MANGE, 1944 apud BOLOGNA, 1980, p.201).

A constatação de Mange em trabalho de levantamento de dados anterior foi a de que o contingente de técnicos na indústria brasileira era insuficiente, o que, por conseguinte inibia o desenvolvimento industrial. O próprio então diretor do SENAI afirmou:

[...] Em boa hora foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que chamou a si a tarefa de preparar mão-de-obra em larga escala[...] Ao

² Durante o Estado Novo (1937-1945) a regulamentação do ensino foi levada a efeito a partir de 1942, com a Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, como também trouxe mudanças no ensino secundário. Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação durante o governo Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_reforma_capanema.htm. Acesso em 11 Ago. 2011.

SENAI cabe cerca de 75% da preparação dos operários qualificados (artífices) e dentro de poucos anos poderá esse Serviço atingir seu objetivo (MANGE, 1944 apud BOLOGNA, 1980, p.202)

Analisando o contexto nacional daquele período, que empreendeu reforma educacional para melhor organizar o ensino industrial no país, e a citação acima, escrita por Roberto Mange, este trabalho considera que não obstante a lucratividade obtida pelas propostas de Mange, o SENAI veio atender, sobretudo, a formação de técnicos para a indústria, devida situação deficitária deste tipo de trabalhador na indústria brasileira da época.

Endossando este argumento, em seu texto denominado “Planejamento e Administração Unificada da Aprendizagem Industrial no Brasil”, Mange descreve algumas características peculiares do SENAI. Dentre estas, que a mantenedora dessa instituição, desde 1943, era a CNI (Confederação Nacional das Indústrias), e que diferentemente das escolas profissionalizantes públicas da época, a instituição criada um ano antes: “destina-se a aprendizes que já pertencem à indústria e que ganham seus salários, mesmos nos dias em que frequenta as Escolas de Aprendizagem do SENAI”. (MANGE, 1949 apud BOLOGNA, 1980, p.211).

No mesmo documento, indicava ser próximo de “[...] um milhão e quinhentos mil, o número de trabalhadores industriais brasileiros, entretanto, conforme o autor, somente 20% destes, poderia ser considerado operários qualificados – leiam-se técnicos –”. (MANGE, 1949 apud BOLOGNA, 1980, p. 207). Daí, o trabalho do SENAI em empreender a formação de uma força de trabalho preparada para assumir funções complexas nos diversos setores industriais do Brasil.

Em resumo, por meio deste texto procurou-se apresentar aspectos da proposta de ensino profissionalizante introduzida no Brasil por intermédio do engenheiro Roberto Mange, o qual foi responsável pela implantação da instrução racional e da psicotécnica em solo brasileiro, trazendo um crescimento significativo para os industriais brasileiros e sua burguesia.

Aspectos do projeto educativo de Antônio Gramsci.

O intelectual italiano Antônio Gramsci (1891-1937) formulou uma teoria política baseada no marxismo. Depois de dedicado estudo dos textos de Marx e Engels, Lênin e Nicolau Maquiavel dentre outros estudiosos; de obter formação e experiência militante no PSI

(Partido Socialista Italiano) e rompendo com este, fundar e tornar-se em 1921 uns dos principais dirigentes do PCI (Partido Comunista Italiano), Gramsci elaborou uma nova concepção para a construção do projeto socialista.

A teoria política de Gramsci reformulou-se em diversas fases, mas seu conteúdo tem como fundamento, conforme Anita Helena Schleneser a “[...] revolução permanente” (SCHLENESER, 2005, p.35), que compara o movimento revolucionário a vida: necessário renovar-se constantemente para manter seu curso.

Formulador de conceitos como: *revolução permanente*, *correlação de forças*, *hegemonia*, *revolução passiva*, *escola desinteressada* dentre outros, seus escritos, em especial os Cadernos do Cárcere foram amplamente difundidos por vários países, pelos partidários do socialismo/comunismo.

Este texto se concentrará no conceito de *hegemonia* e acerca da *escola desinteressada*, devido à estreita relação destes com o projeto educativo do autor.

Especificamente ao conceito de *hegemonia*, quanto à constituição do Estado, Gramsci acentua a não diferenciação entre sociedade política e sociedade civil. Recorre-se a Schleneser para esclarecer essa posição do autor:

[...] Ao dissociar sociedade política de sociedade civil e gerar a crença de que a primeira cuida das coisas públicas e a segunda constitui-se como o espaço do privado oculta-se o verdadeiro papel do Estado e os mecanismos de dominação que se concretizam por meio das relações de livre mercado (SCHELENESER, 2005, p.63).

É possível perceber a partir da citação acima que o significado do que é estrutura do Estado para Gramsci, resulta-se no elo entre sociedade política (Estado) e sociedade civil (relações sociais capitalistas de produção), mas, sobretudo ressalta-se que no sistema capitalista essas “duas sociedades” limitam o entendimento político-social dos grupos dominados, de maneira que se perpetua a dominação corporativista (União entre Estado e burguesia) em detrimento da falta de formação política do proletariado.

Deste modo o Estado capitalista tornou-se e é hegemônico: “[...] O exercício da hegemonia na sociedade burguesa, concretiza-se na combinação de força e consenso.” (SCHELENESER, 2005, p.63). Em outras palavras: o sistema capitalista criou bases materiais para controle dos trabalhadores, mas também, desenvolveu mecanismos ideológicos, seja via os meios de comunicação, - imprensa - e a própria educação (contexto do autor), como

também outras formas para que tais trabalhadores acreditem ser este [o capitalismo] o sistema ideal para viver.

Para que a *hegemonia* seja obtida são necessárias duas guerras: 1ª) guerra de posições: que de acordo com Schleneser “[...] refere-se à conquista do consenso no âmbito da sociedade civil como base de qualquer conquista da hegemonia” (2005, p.59); e 2ª) guerra de movimento: que “[...] é a estratégia de ataque frontal e da tomada do poder”. (SCHELENESER, 2005, p.59). A guerra de posições estabelece uma relação direta com a educação, pois implica em formação omnilateral, isto é, preparar o homem para o trabalho e para a política. Mais do que reivindicar algo é necessário saber o que se está reivindicando, por isso, formar no seio da sociedade civil, isto é, no conjunto em que se encontra a maior parcela dos trabalhadores.

Somente depois de vencida a guerra de posições, que se pode efetivar a guerra de movimento, ou seja, um evento que se tornaria um desdobramento lógico da conquista da guerra de posições.

De acordo com estes pressupostos, as medidas a serem adotadas para a conquista da hegemonia, não podem ser exclusivamente analisadas pelo viés econômico e/ou político, mas estudadas no conjunto dos fatores econômicos, políticos e ideológicos sob a direção da cultura. Conforme Gramsci, cultura é:

[...] organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de uma nova consciência superior, pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres (GRAMSCI, 1978, p.83).

O homem gramsciano deve ser autônomo. Porém essa autonomia não pode ser interpretada como de uso individualizado; ao contrário, a pessoa ao adquirir tal cultura deverá voluntariamente colaborar para a expansão deste conhecimento para a sociedade.

Evidencia-se por essa definição de cultura, o cunho educativo da teoria política gramsciana, pois, para o alcance desta necessita-se de uma formação com qualidade, com técnica e política.

Depois de discutir o conceito de hegemonia, imbricado ao projeto educativo de Gramsci, o presente trabalho ressalta a significativa contribuição da proposta da *escola desinteressada*, formulado pelo mesmo autor.

Em seu texto “*Homens ou máquinas*”, o então jornalista, defende que a educação em todos os seus níveis – profissional, clássica, secundária e superior - deve ser acessível a todos os grupos sociais, sobretudo, os trabalhadores, afirmando que:

[...] O proletariado necessita de uma escola desinteressada. Uma escola que seja dada ao menino a possibilidade de formar-se, de tornar-se um homem, de adquirir aqueles critérios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Em suma, um escola humanista, como entendiam os antigos e, mais recentemente, os homens do Renascimento. Uma escola que não hipoteque o futuro do menino (GRAMSCI, 1919, p.2-3).

A *escola desinteressada*, inversamente ao que seu nome sugere, significa uma escola sem uma função utilitarista; assim, a escola desinteressada visa formar o ser humano de forma plena, completa, não se preocupando com sua futura ocupação profissional do aluno, isto é, desinteressada é sinônimo de sem a pré – finalidade “[...] de projetar um futuro para o educando”. (NOSELLA, 1992, p.16-17).

No mesmo documento, Gramsci ao discutir a educação profissional, afirma “[...] Também através da cultura profissional é possível fazer brotar do menino um homem; desde que essa cultura seja educativa e não só informativa, ou não só prática e manual”. (GRAMSCI, 1919, p.3).

Como exemplo prático de centro formador e revolucionário, Gramsci propõe a criação dos Conselhos de Fábrica, experiência que o próprio autor teve em Turim. Os Conselhos localizaram-se no interior das fábricas e se configuravam como “[...] forma organizativa que aliava e inter - relacionava o trabalho produtivo, a política e a educação”. (SCHLENESER, 2005, p.80). De forma simples, os Conselhos eram escolas na própria fábrica que consistiam no ensino profissionalizante (técnico), mas, sobretudo político, proporcionando com isso as bases para a formação omnilateral – completa - do homem.

Em suma, percebe-se pela concepção gramsciana de educação, a preocupação de preparar o proletariado tecnicamente para as atividades produtivas, porém, com a necessidade igual ou maior, de que a classe trabalhadora consiga a consciência política, para reivindicar e obter direitos, tornando-a deste modo hegemônica.

Considerações Finais

Comparando a proposta educativa de Gramsci com o que projetou Roberto Mange para o ensino profissionalizante brasileiro, verificam-se acentuadas diferenças.

Tais diferenças encontram-se no âmbito da luta de classes. Enquanto Mange preocupou-se com a seleção de pessoas (psicotécnica), com a eficiência, rapidez e economia (instrução racional) para desenvolver a ascendente burguesia industrial brasileira, por meio da qualificação adestrada do aprendiz profissional – seja por intermédio do CEFESP ou SENAI – durante a Era Vargas, por outro lado, verificou-se que Gramsci, idealizou e mesmo praticou – por curto período de tempo devido ter sido preso pelo fascismo – uma *escola desinteressada*, no sentido determinista da expressão, isto é, não classificando ou selecionando aprendizes, como também, não pré-determinando a inserção social e mesmo profissional de seus educandos.

Assim, este trabalho conclui ser o projeto educativo de Antônio Gramsci, de relevância fundamental para o desenvolvimento da educação profissional. Sugerindo, que as propostas de ensino profissionalizante brasileiras, dentro dos contextos regionais, formulem metodologias que proporcionem a emancipação política do trabalhador, no proletariado brasileiro.

REFERÊNCIAS

BOLOGNA, Ítalo. **Roberto Mange e sua obra**. São Paulo: UNIGRAF, 1980.

GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martin Fontes, 1978.

GRAMSCI, Antônio. **Homens ou máquinas**. Turim: Avanti!, 1916. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/12/24.htm>. Acesso em: 18 Ago.2011.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre [s.n], 1992.

SCHLENESER, Anita Helena. **Antônio Gramsci e a Política Italiana**. Pensamento. Polêmicas. Interpretação. Curitiba: UTP, 2005.